

MAURÍCIO BUNAZAR

A INVALIDIDADE *do* NEGÓCIO JURÍDICO

2ª EDIÇÃO

revista, atualizada e ampliada

Apresentação

ERASMO VALLADÃO AZEVEDO
E NOVAES FRANÇA

DESTAQUES DA EDIÇÃO:

- Breves notas sobre o problema da fraude à lei
- Invalidade de contrato bilateral com pluralidade de sujeitos
- Invalidade na sucessão *causa mortis*
- Considerações sobre o momento de alegar judicialmente a ineficácia do compromisso arbitral



THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Amalia Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bunazar, Maurício

A invalidade do negócio jurídico / Maurício Bunazar. -- 2. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia

ISBN\ 978-65-5991-462-3

1. Atos jurídicos 2. Atos jurídicos - Jurisprudência - Brasil 3. Negócios jurídicos 4. Negócios jurídicos - Brasil I. Título.

21-93011

CDU-347.13

Índices para catálogo sistemático: 1. Negócios jurídicos : Direito civil 347.13

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	23
1. A INVALIDADE E O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA.....	25
1.1. Negócio jurídico e ato jurídico em sentido estrito	25
1.2. Autonomia privada	32
1.3. A invalidade do ato jurídico preceptivo como consequência do exercício irregular da autonomia privada	36
2. FUNDAMENTOS DOS REQUISITOS DE VALIDADE DO ATO JURÍDICO PRECEPTIVO	39
2.1. Requisitos de validade do negócio jurídico	39
2.2. Capacidade	40
2.2.1. Conceito de capacidade	43
2.2.2. A idade como critério de aquisição da capacidade de agir	44
2.2.3. Fundamento da exigência de capacidade para a prática de atos jurídicos preceptivos	46
2.2.4. Contornos dogmáticos da função protetiva das incapacidades....	48
2.2.4.1. Os intervalos lúcidos.....	50
2.2.4.2. Os intervalos insanos	54
2.2.4.2.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a proteção conferida ao enfermo mental e ao deficiente mental	58
2.2.4.2.2. Critérios dogmáticos para a aplicação da Lei 13.146/2015	67
2.2.4.3. Análise dogmática da correlação entre a invalidade causada por incapacidade e o prejuízo causado ao incapaz.....	73

6.5. Modo de alegação em juízo de determinadas defesas opostas contra a pretensão do autor de ver invalidado o negócio jurídico e da alegação da invalidade como defesa.....	291
6.5.1. Modo de alegação do disposto no artigo 182.....	292
6.5.2. Modo de alegação do disposto no artigo 170 e consequências do seu acolhimento.....	293
6.5.3. Modo de alegação do disposto no artigo 144 e consequências do seu acolhimento.....	295
6.5.4. Modo de alegação do disposto no § 2º do artigo 157 e consequências do seu acolhimento.....	298
6.5.5. Modo de alegação da invalidade como defesa.....	299
6.6. Algumas considerações sobre o momento de alegar judicialmente a ineficácia do compromisso arbitral.....	299
CONCLUSÃO.....	303
BIBLIOGRAFIA.....	307
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	323